

## **História, Natureza e Gênio Criativo na construção de patrimônios e identidades: O caso da cidade de Bom Jesus (RS)**

Adriana Fraga da Silva  
Universidade Federal do Pampa  
[adrifragasilva@hotmail.com](mailto:adrifragasilva@hotmail.com)

No mundo contemporâneo tem-se presenciado, faz algumas décadas, a construção de novas identidades que afirmam e são afirmadas na emergência de patrimônios locais. Poucas são as cidades que não se intitulam ou são intituladas como terra, capital ou cidade de algo. No estado do Rio Grande do Sul, para tomarmos um exemplo, os títulos honoríficos de cidades são numericamente significativos, vejamos alguns destes, segundo informações localizadas no site da Secretaria Estadual de Turismo do Rio Grande do Sul: **Alegria** – Terra das Cataratas; **Alegrete** – Capital Farroupilha; **Cambará do Sul** – Capital do Mel; **Campina das Missões** – Terra da Diversidade Cultural; **Bom Jesus** – Terra do Tropeirismo e Capital Nacional da Gila; **Bossoroca** – Vertente Missioneira; **Caçapava do Sul** – Segunda Capital Farroupilha / Portal do Pampa; **Garibaldi** – Terra do Champanha; **Garruchos** – Capital do Peixe de Água Doce; **Giruá** – Capital da Produtividade; **Glorinha** – Cidade do Queijo; **Maratá** – Capital do Otimismo; **Marcelino Ramos** – Terra das Águas; **Mostardas** – Cidade Açoriana; **Palmeira das Missões** – Capital da Erva-Mate; **Panambi** – Cidade das Máquinas.

Como se pode observar os títulos honoríficos remetem tanto às especialidades produtivas, às particularidades geográficas, quanto às especificidades históricas das cidades. Todas pautadas por escolhas que, longe de neutralidades políticas, constroem representações, identidades e patrimônios fomentadores de expectativas de futuro que, atualmente, tem-se debruçado sobre a criação e a divulgação de produtos turísticos, por exemplo. Neste texto tratarei, portanto, de uma construção patrimonial e, logo, identitária, a da Terra do Tropeirismo. Hoje uma Terra que também remete a um produto turístico geograficamente localizado no município de Bom Jesus (RS), centrado na emergência de uma construção patrimonial e da identidade dita tropeira<sup>1</sup>. Para tratar desta construção organizei o texto em duas partes, quais sejam: na primeira, traço

algumas considerações introdutórias sobre Identidades e Patrimônios para, num segundo momento, através das reflexões de Prats (1997), discutir a construção da Terra do Tropeirismo através de três elementos: história, natureza e gênio criativo. Vamos então a primeira parte.

A busca, consciente ou não, pelas identidades emerge como parte do cotidiano de diferentes comunidades e, na esteira, concomitantemente e alimentando estas, surgem patrimônios nacionais ou locais, individuais ou coletivos. Patrimônios que superam a noção tradicional da herança deixada por antepassados e são colocados no cenário das construções sociais (FONSECA, 2005; PRATS, 1997). Patrimônio que, como construção, está extremamente relacionado com a identidade (PRATS, 1997, p. 31). Nesse sentido, estes dois conceitos estão imbricados. Mais do que numa relação óbvia, numa equação direta ou linear, identidade alicerça e é alicerçada pelo patrimônio, num processo construtivo afirmador e transformador das sociedades em presença.

A partir dos conceitos apontados por SILVA, T. (2000) e HALL (2006), aponta-se a identidade como algo relacional. A identidade é, portanto, construída por processos pautados na diferença entre “nós” e “outros”, *centrada numa complexa teia de representações que atuam simbolicamente para classificar o mundo e nossas relações no seu interior* (WOODWARD, 2000, p. 8). Nessa perspectiva, a identidade é marcada por símbolos presentes na cultura material e imaterial; na associação e na relação entre o pertencimento e as coisas utilizadas, criadas e transformadas pelos diferentes agentes que buscam, em seus apelos ao passado, uma forma de estabelecer reivindicações identitárias do mundo contemporâneo no processo patrimonial. Identidade é, portanto, uma *condição forjada a partir de determinados elementos históricos e culturais* (NOVAES, 1993, p. 25).

Embora a busca por antecedentes históricos e mitos profanos de origem criem identidades, é no presente que esta é criada e atribuída de sentido. Numa relação dialética, identidade contribui para construção do patrimônio que, segundo peralta,

serve, antes de mais, a fins de identificação colectiva, veiculando uma consciência e um sentimento de grupo, para os próprios e para os demais, erigindo, nesse processo, fronteiras diferenciadoras que permitem manter e preservar a identidade colectiva. (PERALTA, 2003, p. 85).

Nesse sentido, o patrimônio pode ser tratado como a autodefinição fundamentada no passado para *servir o projecto colectivo, sendo que esse projecto é definido, as mais das*

vezes, por propostas de cunho ideológico emanadas das esferas políticas (PERALTA, 2003, p. 86).

A coletividade do patrimônio, em seu sentido mais amplo, esbarra no fato de que como construção nunca é plenamente coletiva. A falácia está na ideia de que a sociedade (coletiva) constrói sua identidade e escolhe seu repertório patrimonial. Mas quem é esse todo, dito coletivo, que sempre apontamos como sociedade? Quem elabora o repertório patrimonial e define que as cidades serão terras, capitais ou lugares de algo?

Pois bem, a resposta a esta questão não é simples, mas sem o poder público, e as forças políticas de alguns sujeitos (nunca de todos) a escolha dos patrimônios representativos da identidade e da cultural local não se dá. O que não quer dizer que os agentes passem seus dias pensando, de forma quase que maquiavélica, como e qual patrimônio construir como forma de manipular a elaboração da terra, da capital ou da cidade de algo. Não se trata disto. Mas sim da ativação, mesmo que inconsciente, de um repertório que responde a horizontes de expectativas de alguns e não de todos, a partir de uma identidade latente presente nas memórias e histórias de muitas cidades. Mas que nunca representará um coletivo em sua amplitude prática, uma vez que cidades que se identificam com algo, sempre são cidades de alguma ou algumas coisas, têm em si múltiplas outras identidades que não necessariamente estão representadas nos *slogans*.

Nesse sentido, como aponta Sanmartin (1993 apud PRATS, 1997, p. 33) a identidade é um instrumento que, baseado na ficção do coletivo, deposita nas mãos de quem a utiliza toda a energia contida nos círculos dos atores que definem. O poder público e demais atores envolvidos, através de ações educativas, de desenvolvimento turístico, etc., tem divulgado identidades e ativado repertórios patrimoniais que fomentam o pertencimento da comunidade local e a atração dos turistas aos produtos culturais. Dessa forma devemos compreender que, conscientemente ou não, como sugere Prats (1997), no plano da realidade social, não ativa o patrimônio e a identidade quem quer, mas sim quem pode. (PRATS, 1997, p. 33). Mas como esta ativação de dá? Para este autor três elementos devem ser considerados, a história, a natureza e o gênio criativo. Vejamos agora, na segunda parte deste texto, como estes três elementos estão presentes na construção da Terra do Tropeirismo. Uma construção que, como veremos, perpassa uma construção discursiva que, por um lado, aponta um Rio Grande do Sul

genuinamente português, o que ignora, ou ao menos tenta, a presença e ocupação espanhola na região. E, por outro lado busca, anacronicamente, uma suposta brasilidade deste espaço desde os tempos coloniais.

A construção dos tropeiros como heróis fundadores do Rio Grande português, fiéis à suposta brasilidade deste, segue longas tradições historiográficas. Estas fazem parte de matrizes históricas consideradas produtos sociais intimamente relacionados a determinados contextos. Em um estudo já clássico, Ieda Gutfreind (1992) apresenta duas matrizes que colocaram a história do Rio Grande do Sul no centro da mesa de debates. A matriz platina e a matriz lusitana foram estruturadas a partir de aspectos como: origem do Rio Grande do Sul e suas relações com o Brasil; relações com o Prata; interpretação da Revolução Farroupilha (se movimento separatista ou federalista); as Missões Jesuíticas (se parte da história do Rio Grande do Sul português ou do então território espanhol) e a maneira de identificar o gaúcho, ou seja, se o gaúcho rio-grandense é ou não diferente dos uruguaio e argentinos. Para a autora, essas duas abordagens constituíram matrizes por serem

um tipo de discurso com características comuns encontradas em um conjunto de obras históricas, cujos conceitos adquirem significados ocultos, conforme a conjuntura que se desenvolve e, por isso, mantém uma vitalidade sempre eficaz. Essas matrizes representam a busca da identidade político-cultural do território sul-rio-grandense. (GUTFREIND, 1992, p. 11).

A matriz denominada lusitana, ao apresentar os tropeiros e o tropeirismo, minimiza a aproximação destes com a região platina, bem como afirma a supremacia cultural lusa. A partir da apresentação destes, como paulistas e/ou lagunistas, representam a única origem da sociedade gaúcha. Diferentemente disso, os trabalhos desenvolvidos no início do século XIX, relacionados à matriz denominada platina, tratam com naturalidade as relações do Sul da América portuguesa com a região platina, de ocupação espanhola, bem como com as demais capitânicas e/ou províncias da área de colonização lusa. São exemplos dessa abordagem as obras de José Feliciano Fernandes Pinheiro (Visconde de São Leopoldo) e de Gonçalves Chaves.

Sobre os escritos do século XIX, Gutfreind (1992) chama a atenção para os viajantes estrangeiros, os quais produziram inúmeros relatos que, apesar de não deixarem tendências historiográficas tão marcadas, foram (e ainda são) extremamente utilizados como fontes para a caracterização da sociedade sulina. Dentre esses viajantes

a autora cita Auguste Saint'Hilaire. Porém, a historiografia de matriz lusitana não apresentou alguns dos aspectos anunciados pelo viajante, os quais não se “encaixavam” na identidade regional elaborada por tal corrente.

Ao final do século XIX e início do século XX as obras que admitiram as relações com o Prata enfatizaram as singularidades do Rio Grande do Sul e as possibilidades deste “sobreviver” sem o auxílio do Império (ou, posteriormente, da República). Assim, o Rio Grande do Sul foi apresentado como voltado para si mesmo e não para o Brasil (período de propaganda republicana). Nessa linha, Gutfreind (1992, p. 17) salienta as obras de Alcides Lima e Assis Brasil. Além destes, um outro pesquisador, Alfredo Varela, também seguiu nessa perspectiva. Porém, enquanto os primeiros enalteciam um regime ainda em fase de propaganda, este último salientava suas vantagens já postas em prática.

No pós-1920 tem-se o início do discurso historiográfico produzido pela matriz lusitana. Nesse contexto, o Rio Grande do Sul assumiu um compromisso com a construção da história. Na verdade, a partir dessa década buscou-se “aproximar” o Rio Grande do Sul do Brasil, num contexto de luta pela hegemonia nacional e legitimação de poder perante os demais estados brasileiros. Para isso, mostrou-se necessário legitimar a identidade brasileira desse estado sulino desde suas origens. Aurélio Porto ganhou assento nessa matriz, ao escrever sobre a introdução do gado no Sul, afirmando a origem vicentina dos animais, em que pese sua opinião sobre a miscigenação com o gado peruano, que aponta como pequena e insignificante.

Por outro lado, a produção historiográfica do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), a partir da década de 1920, sobressai às explicações lusitanas e platinas, envolvendo as disputas de poder da classe dominante, ancorada na necessidade de escrever a história do Rio Grande do Sul e apresentá-lo aos demais estados brasileiros. Momento que exigia a sistematização de um discurso no campo do imaginário. Assim, no final da década de 1920 há grande esforço político para que o estado alcançasse a liderança nacional e, apesar das diferenças entre as matrizes platina e lusitana, ambas defenderam uma história de alto teor nacionalista (Gutfreind, 1992). O forte sentimento de nacionalidade existente nesse ambiente intelectual fazia o Rio Grande do Sul, muitas vezes, mais brasileiro que o Brasil; em outros momentos, brasileiro antes mesmo do Brasil existir. O triunfo de Vargas em 1930 faz parte desse

processo de rio-grandinização do Brasil. A matriz lusitana, lançada por Aurélio Porto e seguida por outros autores como Souza Doca, Othelo Rosa e Moysés Vellinho, afirma um Rio Grande do Sul luso em sua origem e brasileiro em seus sentimentos. Como essa produção historiográfica contribui para a construção simbólica atual do tropeiro e do tropeirismo?

Analisando as características presentes nas obras de alguns autores da vertente lusitana, ou que ao menos reproduziram suas principais interpretações, encontrar-se-ão os elementos que permitiram a sua apropriação como constituintes da construção do passado por aqueles que trataram da ressignificação simbólica dos tropeiros e do tropeirismo. Essas características tornam-se inteligíveis para o propósito que se pretende destacar, tendo-se como referência as reflexões de Llorenç Prats (1997) sobre a construção discursiva do romantismo e a resultante interpretação do passado. Voltando aos aspectos de sacralidade e autoridade conferidas aos referentes simbólicos do passado, temos em Prats (1997, p. 22) que

todo eso se produce con el romanticismo. Los criterios de legitimación extracultural fijados por este movimiento son muy definitorios de su sensibilidad, a la vez que participan de un principio de universalidad. Dichos criterios son la naturaleza, la historia, y la inspiración creativa (o el genio).

O autor destaca as formas de sacralização da natureza, da história e do gênio criativo presentes nas narrativas do romantismo. Mas aponta que a força desses critérios presentes no romantismo advém de seu caráter extracultural, sacralizado. Assim, não são exclusivos do romantismo, mas fazem parte de princípios globais de concepção da sociedade e da cultura. “La fuerza de la naturaleza, de la historia y la inspiración creativa para legitimar la realidad social proviene del hecho de que están más allá del orden social y de sus leyes.” (PRATS, 1997, p. 23). Vejamos então como esses três elementos, natureza, história e a inspiração criativa, ou gênio, são entendidos.

A natureza diz respeito especificamente à natureza selvagem, não tocada pelos homens, com seus perigos e mistérios, e que escapa ao controle humano, escapando, portanto, da ordem social. Se pensarmos nas imagens projetadas para a geografia sulina pela historiografia tradicional, se verá esse apelo a um ambiente que desafiava os novos ocupantes, no caso, os portugueses e luso-brasileiros que o percorriam ou nele se instalavam a partir do século XVIII. Sua extensão, como “dilatadas terras”, remete

ainda à vitória do homem sobre essa natureza, associado à ideia de liberdade, agora perdida.

A história, o passado – mas também o futuro, como um tempo fora do tempo – está para além do presente, único tempo que dominamos, e que escapa também ao controle. Povoada de fatos e personagens, que representam o bem e o mal, as esperanças e temores, enfim, mitificados, se tornam inalcançáveis. Estão unidos a nós por uma descendência unidirecional de filiação que os converte em nossos ancestrais, e os testemunhos de vidas e façanhas, em nossas relíquias. É essa a história que será “estabelecida” pela historiografia tradicional, mormente aquela da vertente lusitana, visto que tratou de configurar um quadro épico, dotado de personagens também épicos. Há nela ainda um caráter de “destino”, segundo o qual, o Rio Grande “nascia” lusitano e, portanto, assim permaneceria.

A inspiração criativa, ou gênio, representa a excepcionalidade cultural, a individualidade que transcende e, portanto, transgride as regras e capacidades que regem os mortais comuns. Os gênios são homens excepcionais que desafiam uma ordem social que se baseia na homogeneização dos indivíduos, afirmando a força do indivíduo para além dos limites culturais. Aqui, é possível encontrar o rol de personagens que são frequentemente elencados nas narrativas da dita corrente lusitanas. Entre estes, como se verá, destaca-se aquele que viria a ser o paradigma: Cristóvão Pereira de Abreu.

O que se retém dos elementos apresentados por Prats (1997) é a localização destes para além dos limites da cultura e de qualquer capacidade de controle social. O princípio de autoridade, quase absoluta, diríamos sacralizada, conferido a esses elementos coloca-os fora do alcance e acima da ordem ou das regras vigentes. Não é o caso aqui, de uma revisão crítica, do ponto de vista literário, dessa influência do romantismo na produção historiográfica gaúcha. Essa linha de investigação já foi estabelecida por outros autores (ver, por exemplo, BERTUSSI, 1991). Contudo, sendo o romantismo uma forma discursiva que constrói passados idílicos, ideais, encontrar-se-á essa característica em projeções realizadas por alguns autores tradicionais. Tomemos, a título de exemplo, o caso de João Borges Fortes (1941). Ao tratar dos dois períodos de povoamento do Rio Grande do Sul que buscava estabelecer, sendo o primeiro, o das “invernadas”, e o segundo, das “estâncias”, dirá: “Estes dois estágios preparam o **período patriarcal e feliz** do Rio Grande, que se

inicia com a chegada dos lagunistas ao Viamão e termina com a **desgraçada** invasão castelhana de 1763.” (FORTES, 1941, p. 24, grifo meu). Passagem significativa, pois estabelece um passado ideal, feliz, como aponta o autor, marcado pelo patriarcado dos primeiros luso-brasileiros no território e interrompido em sua trajetória pela “invasão” castelhana. Esta última ideia já traz a concepção de um Rio Grande do Sul que “nascia” português, e que era usurpado pelos colonos castelhanos. A ideia de primazia de domínio espanhol, a valer o Tratado de Tordesilhas, é ignorada, dentro do já aludido conceito de “terra de ninguém” (SILVA e BARCELOS, 2009).

Acompanhando o autor citado, vemos a força que imprime nas palavras para destacar as qualidades e objetivos dos primeiros luso-brasileiros que avançaram para a área litorânea da antiga Banda Oriental. A natureza a ser vencida, a história que traduz uma lógica interna, de destino, e as nobres qualidades dos que a vivenciaram se fazem presentes:

De onde proveio a população gaúcha? Começou com um pequeno grupo de obscuros lagunistas, vindo pacificamente arrotear as terras e apascentar os gados ali no Viamão. Nem uma espada, nem um duce... Se traziam armas era para se defenderem. Vinham em missão de paz: – de paz e de trabalho. Cumpriam a vontade de seu Rei, que os mandara como vanguardeiros no território que ele reputava pertencente a sua coroa, ao legendário Portugal. As que empreenderiam teriam objetivo especial, dominar não sobre os homens, porém, sobre aquela terra selvagem na sua virgindade, sobre os desertos imensos daquelas paragens distantes. (FORTES, 1941, p. 25).

Moysés Vellinho, outro dos autores arrolados por Gutfreind (1992) como pertencente à vertente lusitana, oferece a versão de uma história marcada pela predestinação de um Rio Grande português:

Pode-se afirmar que já àquele tempo se começava a sentir que ao Rio Grande estava reservada, com efeito, segundo diria, séculos depois, Pandiá Calógeras, a função histórica que faria dele, nesta fronteira de afirmações e lutas, a própria “marca do Brasil”. Parece fora de dúvida, em face dos documentos e dos fatos, que Silva Paes foi dos que madrugaram nesse pressentimento. (VELLINHO, 1975, p. 29).

A linha que vai sendo tecida por esses autores tributa ao tropeirismo a realização de parte dessa história. De uma atividade econômica destinada a suprir interesses particulares, o tropeirismo assume faces de predestinação histórica. Sem ele, nessa perspectiva, não haveria ocupação do território e, conseqüentemente, não haveria o Rio



Grande do Sul português e, logo, brasileiro. Dotando a história de um sentido, o encadeamento dos eventos, desprovidos da lógica contextual, faz dessa história algo inquestionável, visto que estaria regida por forças que escapam ao controle de critérios humanos. Assim, o caráter de sacralização do passado estaria estabelecido. Ao tropeirismo restaria, então, a realização do destino histórico reservado aos rio-grandenses. É Moysés Vellinho que, novamente, nos brinda com esta interpretação:

O que isto significa econômica e politicamente para o Brasil, ninguém o disse com mais largueza de visão retrospectiva que o historiador paulista Alfredo Ellis Junior: “Talvez a estrada do Rio Grande a São Paulo – aventou ele – tenha sido a rota de maior importância da História do Brasil, pois sem ela não teria havido o ciclo do ouro, não teria havido o café e nem a unidade nacional teria sido levada a cabo”. Por onde se vê que os vínculos do Rio Grande com o resto do país foram decisivos e se estabeleceram desde cedo, antes mesmo da ocupação oficial do Continente. (VELLINHO, 1970, p. 134).

Alfredo Ellis Jr. (1950), citado por Moysés Vellinho, além de contribuir para a construção contemporânea do herói tropeiro, como um autor constantemente citado em artigos, dissertações e outras publicações desenvolvidas nos anos 1990 à 2000, atribuiu à atividade dos tropeiros a própria unidade nacional ainda no período colonial, sem considerar o anacronismo cometido e tampouco perceber as relações com então Rio Grande português com a região platina como um todo.

Fazendo eco a Moysés Vellinho, Guilhermino Cesar (1970) também irá dotar o passado histórico do Rio Grande do Sul de um caráter eminentemente português e vinculará os tropeiros a essa condição. E vai além, atribuindo a estes últimos qualidades excepcionais verificadas em sua antecipação das iniciativas oficiais para a povoar a “terra de ninguém”:

Mercê da atividade obscura dos caçadores de reses e da ousadia dos tropeiros que lhes tomam o lugar e se enriquecem, vinculou-se o Rio Grande ao Brasil, passando a influir na economia colonial e na orientação política do III século brasileiro. Antecipando-se à iniciativa oficial de povoar a Terra-de-Ninguém, o tropeiro setecentista desvenda os mistérios do escondido Rio de São Pedro, afugenta ou alicia o índio, abre caminhos, forma invernadas e estâncias, liga entre si áreas econômicas distantes, impõe mais objetividade e vigor aos reinóis no trato das questões pertinentes à dilatação das fronteiras. (CESAR, 1970, p. 96).

O interessante na análise de Guilhermino Cesar é que a “terra de ninguém” estava escondida, à espera do encontro do desbravador e heroico tropeiro. Estava lá, à sua espera, um Rio Grande do Sul naturalmente português, pronto para ser descoberto.

A essa história, sacralizada, que se passa em uma atmosfera marcada pelo desafio de uma natureza rude, que deveria ser “domada” por desbravadores predestinados a fazê-lo, não faltaram aqueles personagens dotados de inspiração criativa, ou gênio. Será esse o tropeiro denominado, ao qual lhe concede a grandeza de ter seu nome registrado para a posteridade. Não apenas como personagem excepcional, mas como arquétipo, modelo, e que, em certo sentido, deveria inspirar os homens do futuro, sem ser igualado. Trata-se de Cristóvão Pereira de Abreu, já citado anteriormente. É nele que se concentram aquelas qualidades que teriam feito do tropeiro o tipo ideal para a realização do destino histórico.

Maior do que todos, projectando-se na história com traços inconfundíveis; cantando a terra com suas expressões de enamorado dela; abrindo-a todas as energias que nela pudesse brotar; cortando-a palmo a palmo, pelas veredas íngremes da serra, ou voando pelas campanhas extensas; soldado e tropeiro, Cristóvão Pereira é o símbolo perfeito de todos os povoadores do Rio Grande. (PORTO, 1954, p. 106).

É assim que Aurélio Porto incensa o herói tropeiro Cristóvão Pereira de Abreu, homem, branco e provedor de muitos negócios e grande capital político, qualidades que superam os demais agentes desse contexto. Ao apresentar uma espécie de biografia dele, Porto enaltece as qualidades do colonizador luso, que ainda jovem chegou à América portuguesa e, na leitura de Porto, não cansou de prestar serviços que demonstrassem sua lealdade à dita coroa. Lealdade esta que tem como pano de fundo, não tratado pelo autor sob essa perspectiva, inúmeros e lucrativos negócios e interesses privados no trato com gado, couros, tributos, etc. (HAMEISTER, 2002). Na esteira deste autor, Moysés Vellinho (1975), segue a enaltecer as façanhas do tropeiro e campeiro, com ênfase às dificuldades enfrentadas e superadas por Cristóvão Pereira de Abreu para abrir o Caminho das Tropas:

Antes disso, ou simultaneamente, animando e atraindo essas levadas silenciosas, havemos de considerar a ação dos mercadores de gado: à frente deles o extraordinário Cristóvão Pereira. Em seus intermináveis itinerários de ida e volta, desde os descampados cisplatinos até às feiras de Sorocaba e mercados das capitânicas centrais, esses desassombrados batedores de desertos – aventureiros e sertanistas que agora se faziam

tropeiros – iam rompendo as primeiras trilhas e ao mesmo tempo farejando as largas promessas com que lhes acenavam os domínios meridionais. (VELLINHO, 1975, p. 15).

Parece haver até mesmo uma repetição estilística nas narrativas de alguns autores que trataram desse personagem. Como um sujeito excepcional, Cristóvão Pereira de Abreu emerge na história no momento exato, nem antes nem depois. Essa forma narrativa confere ao personagem a predestinação a que se fez referência. Assim, sua inspiração criativa une-se a algo que o transcende, ou seja, a História do Rio Grande do Sul, cujo sentido exigia a entrada em cena de um personagem ímpar.

É nesse momento histórico que surge a figura impressionante de Cristóvão Pereira de Abreu, ativo mercador de gados e cavalos na região da Colônia e cujo nome se projetaria depois por longos anos em todos os acontecimentos da vida do Rio Grande. (FORTES, 1941, p. 27).

Foi nesse instante que Cristóvão Pereira irrompeu na história rio-grandense. Era mais um exemplar magnífico dos tremendos portadores de ânimo de aventura que de São Paulo se haviam atirado à conquista de meio continente. (VELLINHO, 1970, p. 131-132).

Claro que para um personagem dessa envergadura deveria haver um contraponto, um anti-herói. E onde encontrá-lo? Entre aqueles que correspondiam, na vertente lusitana, aos inimigos, a saber, os espanhóis. Inimigos porque disputavam a posse dessa terra com os portugueses. É curioso que o fato de reconhecer a disputa com os espanhóis pelas terras da Banda Oriental não invalidava a hipótese de que ela estaria destinada ao Brasil. Ao contrário, a presença espanhola, urdindo, tramando, correspondia justamente ao oposto a ser vencido, transformando a façanha em algo maior do que um desafio à natureza. O sentido dessa história ganha então seu ingrediente épico, onde a destreza e o desprendimento dos tropeiros se somarão à bravura e valentia daqueles que combateram os espanhóis e garantiram as fronteiras meridionais da América portuguesa.

E no contexto do século XVIII, a presença espanhola não estava apenas em Buenos Aires, Maldonado, Montevideo e outros núcleos coloniais hispânicos, mas também, e, sobretudo, nas missões dos padres jesuítas e índios guarani. Sobre estes últimos se projetarão os qualitativos opostos àqueles atribuídos a Cristóvão Pereira de Abreu. E, da mesma forma, entre eles se escolherá um arquétipo, negativo. É Antônio Augusto Fagundes (1997) que se encarrega de pintar com tintas fortes essa oposição.

Ao tratar da figura de Sepé Tiaraju, liderança indígena da Guerra Guaranítica (1752-1754), procura demarcar a diferença entre os índios das missões, representantes do domínio espanhol, e os paulistas, que estariam na origem do “verdadeiro gaúcho”:

Foi até chamado “o primeiro caudilho rio-grandense”, quando não foi nem caudilho nem rio-grandense. Foi, isso sim, um comandante razoavelmente capaz, sobressaindo-se à total mediocridade missioneira para a guerra [...] Em 1750 o gaúcho alvorecia na América, de vaqueanos, por exemplo aqueles lagunistas e paulistas admiráveis, que foram pau para toda a obra quando se desenhava o mapa de nossa pátria. E foi contra esses nascentes gaúchos que Sepé lutou. (FAGUNDES, 1997, p. 38-39).

Antônio Augusto Fagundes, por sua projeção midiática, em rádio e televisão, alcança ainda um público muito maior do que aquele frequentador dos autores anteriormente citados. O fato de este autor ter produzido suas obras em períodos mais recentes aponta para a continuidade, ainda que menos vigorosa, da vertente lusitana.

A partir dessa perspectiva historiográfica deu-se a construção do tropeirismo como passado desejado, de alcance almejado, uma vez que os historiadores de ambas as matrizes analisadas por Gutfreind (1992) foram e ainda são as obras de referência em alguns núcleos de produção de história regional/local produzida na contemporaneidade. E parte dessa produção deságua nas falas e textos de alguns dos participantes do Seminário Nacional sobre Tropeirismo (Senatro). Esse evento integra as iniciativas que buscam estabelecer Bom Jesus como a “Terra do Tropeirismo” (SILVA, 2011). Dessa forma, cabe ainda uma referência à recepção desses discursos na esfera do evento.

Em 1992, foi realizado o I Senatro, seguido de uma segunda edição em 1994. No ano seguinte, sairia a publicação dos anais dos dois encontros (SANTOS; VIANNA; BARROSO, 1995). No prefácio, percebe-se que o Senatro já foi criado pensando-se na perspectiva de unir o passado e o futuro. Nas palavras de Véra Lucia Maciel Barroso, onde a autora historia a criação do I Senatro, em 1992, lê-se:

Portanto falar da história de Bom Jesus é falar do processo de conquista e povoamento do Rio Grande do Sul. E quanto mais se resgatar as raízes de Bom Jesus, mais se estará explicando o papel do comércio mear na determinação do avanço português na América Meridional. A comunidade dava assim, um grande passo à frente. [...] O número e o teor das palavras e comunicações confirmavam, então, que Bom Jesus reencontrara seu rumo. E que se canalizada sua identidade estava sedimentando os pilares para a indústria do turismo no

município, que busca desenvolver-se sem afetar a harmonia da comunidade com a sua natureza. (SANTOS; VIANNA; BARROSO, 1995, p. 13-14).

Para *reencontrar seu rumo*, Bom Jesus poderia recorrer, entre outras alternativas, ao conhecimento sobre o passado que seria objeto de alguns trabalhos apresentados no Senado. A trajetória desse evento fez com que seus objetivos e ênfases fossem modificados ao longo de suas nove edições, entre 1992 e 2008. E como característica peculiar desse, as mais diversas vertentes interpretativas convivem em suas ocorrências, alternando-se entre conferências, palestras, mesas-redondas, sessões de comunicações e minicursos. Um dos resultados tem sido a publicação dos anais (SANTOS; BARROSO, 2004; SANTOS; VIANNA; BARROSO, 1995; SANTOS et al., 2000). Nestes, é possível ver a presença, ainda que não hegemônica, daqueles elementos narrativos até aqui referidos. Já na primeira edição, Francisco Riopardense de Macedo (1995) apresentou o trabalho *Tropeirismo – fixação colonizadora*. Nele, vemos a recorrência aos aspectos que Prats (1997) definiu como componentes do triângulo de elementos do discurso romântico. A natureza, a história e a inspiração criativa voltam a ser elencadas para compor a narrativa do autor sobre o tropeirismo e história do povoamento do Rio Grande do Sul:

[...] a humana presença deste desbravador que se chamou tropeiro, ao lado do bandeirante e do sertanista, tripé onde se apóia a ocupação do território. [...] É antes de tudo, a qualificação deste espaço, o componente de um processo que, sendo econômico, é também humanizador e que, sendo político-colonial, ensaiou a construção de uma nacionalidade específica. [...] É indiscutível a oportunidade de lançar, aqui, o juízo que encobre a atividade do tropeiro. Mais do que o estancieiro, ele é homem ligado à terra. Mais precisamente, deveríamos distingui-lo como ligado ao espaço. Orientava-se em qualquer terreno de dia ou à noite. Tomava sempre o rumo certo nas planuras arenosas ou nas matas ciliares do litoral. Era homem da serra e do mar em qualquer tempo. Tão grande sua identificação com o espaço palmilhado que havia uma integração dele com os rios, os vales e a energia do relevo das respeitáveis elevações das “Vacarias del Piñar”. (MACEDO, 1995, p. 22, 24).

Lá estão novamente os tropeiros a realizar o destino da nacionalidade brasileira no Rio Grande do Sul. São eles que se adaptam ao meio, ou a ele se integram, fixando-se e, por conseguinte, fixando a brasilidade no solo gaúcho. Macedo (1995) distorce o caráter eminentemente móvel dos tropeiros, para conferir-lhes um papel de povoadores. Sua narrativa vem reforçar a ideia da integração nacional promovida por estes no Brasil

meridional. Narrado em um ambiente que mescla a produção acadêmica com o conhecimento oriundo das memórias e saberes populares, que o Senatro propicia, essa história, provinda de uma “autoridade”, se sobressai. História que se realiza, independentemente de condicionantes humanas, visto que se dá através de indivíduos excepcionais, inspiradores/gênios criativos. Seus atos são admiráveis e não podem ser igualados. Sacralizam-se, são dotados de autoridade absoluta. Ocorrem em um passado épico que, dadas suas características, os converte em atemporais. Como mito, não podem ser repetidos, mas podem ser emulados. Essas versões oferecem um repertório de elementos que podem ser acessados. Trazidos para o presente, podem ser ressignificados.

Retomando os pressupostos de Prats (1997), tem-se que a sacralização da natureza, da história e da inspiração criativa leva à constituição de um triângulo, dentro do qual se encontra um repertório de elementos potencialmente patrimonializáveis. Essa condição advém de seu caráter de autoridade, supracultural, inquestionável, enquanto ideias que se produzem sobre os três elementos principais. Assim, o conteúdo do triângulo constitui um “pool virtual de referentes simbólicos” (PRATS, 1997, p. 27). Isso não significa que todos os elementos do *pool* constituam automaticamente patrimônios. Para que isso ocorra, o repertório, ou melhor, elementos deste, devem ser ativados. E ativar um repertório patrimonial implica

escoger determinados referentes del pool y exponerlos de una u otra forma. Evidentemente, esto equivale a articular un discurso que quedará avalado por la sacralidad de los referentes. Este discurso dependerá de los referentes escogidos, de los significados de estos referentes que se destaquen, de la importancia relativa que se les otorgue, de su interrelación [...] y del contexto. De todo ello se deduce que ninguna activación patrimonial, de ningún tipo, es neutral o inocente, sean conscientes o no de esto los correspondientes gestores del patrimonio. (PRATS, 1997, p. 33).

Esse é o sentido de ativação patrimonial abordada neste estudo de caso se deu. Entendo que há a ativação de um repertório de referentes patrimoniais em curso no município de Bom Jesus. O repertório ativado inclui os elementos do passado, tal como são apresentados, mas conta também com aspectos da cultura imaterial e material que se projetam para esse mesmo passado. O resultado é uma visão de *continuum*, que une o passado ao presente. Aplicada às ações concretas de ativação patrimonial, essa visão oferece legitimidade. Mas, para tanto, são necessários os agentes sociais locais, que

tratarão de estabelecer os nexos entre as concepções de passado, dotadas de caráter simbólico atribuído no presente, e as expectativas de futuro projetadas na e para a sociedade atual. E nesse fazer, valer-se-ão de diversos referenciais e de distintos elementos, sejam eles históricos, geográficos ou culturais.

### Referências Bibliográficas

- BERTUSSI, L. *Regionalismo e romantismo no RS*. Tese (Doutorado em Letras)– Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1991.
- CESAR, G. *História do Rio Grande do Sul – período colonial*. Porto Alegre: Globo, 1970.
- ELLIS Jr., A. O ciclo do luar. *Revista de História*, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 73-80, jan./mar. 1950.
- FAGUNDES, A. A. *História do Rio Grande do Sul*. 3. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.
- FONSECA, M. C. L. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/Minc-Iphan, 2005.
- GUTFREIND, I. *Historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992.
- HAMEISTER, M. D. *O Continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas relações e suas mercadorias semoventes (c. 1727–c. 1763)*. Dissertação (Mestrado em História)–Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2002.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- MACEDO, F. R. de. Tropeirismo – fixação colonizadora. In: SANTOS, L. M. S. dos; VIANNA, M. L. C.; BARROSO, V. L. M. (Org.). *Bom Jesus e o tropeirismo no Brasil Meridional*. Porto Alegre: Est, 1995. p. 22-26.
- NOVAES, S. C. *Jogo de espelhos – imagens da representação de si através dos outros*. São Paulo: Edusp, 1993.
- PORTO, A. *História das Missões Orientais do Uruguai*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1954.
- PRATS, L. *Antropología y patrimonio*. Barcelona: Ariel, 1997.
- SECRETARIA ESTADUAL DE TURISMO. *Títulos honoríficos de cidades do Rio Grande do Sul*. Disponível em: <[http://www.turismo.rs.gov.br/uploads/1245246218titulos\\_honorificos.pdf](http://www.turismo.rs.gov.br/uploads/1245246218titulos_honorificos.pdf)>. acesso em: 1 out. 2009.

- SANTOS, L. M. S. dos; BARROSO, V. L. M. (Org.). *Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul*. Porto Alegre: Est, 2004.
- SANTOS, L. M. S. dos; VIANNA, M. L. C.; BARROSO, V. L. M. (Org.). *Bom Jesus e o tropeirismo no Brasil Meridional*. Porto Alegre: Est, 1995.
- SANTOS, L. M. S. dos et al. (Org.). *Bom Jesus e o tropeirismo no Cone Sul*. Porto Alegre: Est, 2000.
- SILVA, A. F. da; BARCELOS, A. H. F. A “Terra de Ninguém”: índios e bugres nos Campos de Cima da Serra. In: KERN, A.; SANTOS, M. C.; GOLIN, T. (Org.). *História Geral do Rio Grande do Sul – Povos Indígenas*. Passo Fundo: Méritos, 2009. v. 5. p. 63-80.
- SILVA, Adriana Fraga da. “Meu avô era tropeiro!”: *identidade, patrimônio e materialidades na construção da Terra do Tropeirismo – Bom Jesus (RS)*. Jaguarão: UNIPAMPA, 2011.
- SILVA, T. T. da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- VELLINHO, M. *Capitania d’El-Rei: aspectos polêmicos da formação rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1970.
- \_\_\_\_\_. *A fronteira*. Porto Alegre: Globo, 1975.
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

---

#### Notas

- <sup>1</sup> Tropeirismo configura-se como prática de transporte de mercadorias em lombo de animais que, por vezes, também eram o produto a ser negociado. A venda de gado (vacum, cavalari e muar) do extremo sul da América portuguesa e da região platina como um todo para abastecimento de núcleos mineradores, desde o século XVIII, muito animou a circulação tropas de animais até as feiras de comércio, principalmente na região sudeste, como a feira de Sorocaba, para citar um exemplo. A venda deste produto semovente exigia a abertura de rotas de passagem e a organização de estruturas de abastecimento, descanso, etc, ao longo destas para uso dos tropeiros. A figura do tropeiro, por suas diversas influências neste espaço de fluxo denominado estrada, referenciou/inspirou, no tempo presente, a construção de identidades e patrimônios.